Grupo Parlamentar

REQUERIMENTO

UNIDADE DE SAÚDE DE LAGOA

Por despacho de 18 de Setembro de 1998, o Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais autorizou a consulta a três firmas para a empreitada do "projecto e construção da unidade de saúde de Lagoa".

Pela Resolução n.º104/99, de 8 de Junho, o Governo adjudicou a empreitada. O contrato foi assinado a 19 de Outubro de 1999, pelo preço de 650 mil euros e com um prazo de execução de 12 meses.

A consignação dos trabalhos foi a 26 de Novembro de 1999.

A conclusão da obra foi prevista para Dezembro de 2000, mas a 20 de Julho de 2001, foi assinado um adicional ao contrato que visou alterações ao projecto inicial, nomeadamente a expansão de área para a Delegação de Saúde e para a criação de gabinetes médicos, de enfermagem e uma sala de tratamentos. O preço do adicional foi de 214,5 mil euros, com um prazo de execução de mais 6 meses.

Em 9 de Outubro de 2000 foi proposta a aquisição de material médico cirúrgico pelo valor de 13 mil euros.

Em 2 de Janeiro de 2001, foi comprado material administrativo por 17 mil euros.

Em 3 de Junho de 2002 foi comprado mais material/equipamento administrativo por 2,4 mil euros.

Considerando que já lá vão mais de quatro anos desde a decisão inicial de construção da unidade de saúde sem que, até hoje, aquela unidade tenha entrado em funcionamento;

Considerando que se trata de uma obra que já tem um agravamento superior a 40% do custo estimado;

Considerando que a situação descrita não assenta na competência e na eficácia da acção do Governo;

Considerando ainda que está em jogo dinheiro público e que na sua gestão se exige rigor e transparência;

Considerando, finalmente, que tudo isso prejudica os lagoenses, em especial os mais necessitados de cuidados de saúde.

Assim, ao abrigo dos preceitos aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do Regimento, os Deputados do PSD na Assembleia Legislativa requerem o seguinte:

1. Data previsível para a entrada em funcionamento da unidade de saúde da Lagoa?
2. Que razões justificam o arrastar sistemático, de vários anos, de uma obra de custo inicial de 650 mil euros (130 mil contos)?
3. Quais os recursos humanos que serão afectos à unidade de saúde, em termos de pessoal médico, técnicos de enfermagem e profissionais administrativos.

Ponta Delgada, 29 de Novembro de 2002

Os Deputados,

José Bolieiro

Humberto Melo